



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO N° : 201108904  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO N° : 23040.001075/2011-06  
UNIDADE AUDITADA : COLÉGIO PEDRO II  
CÓDIGO : 153167  
CIDADE : RIO DE JANEIRO

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Em relação aos avanços mais marcantes da gestão avaliada, especialmente quanto aos resultados das políticas públicas executadas por intermédio de suas ações finalísticas no exercício, o Relatório de Gestão cita a criação da Comissão de Ética do Colégio Pedro II e a realização exclusivamente pela internet das inscrições para todos processos de seleção 2010/2011 da Instituição.

3. As principais constatações que impactaram a execução das políticas públicas a cargo da unidade foram: ausência de pesquisa de preços nas contratações; controles deficientes na concessão de auxílio transporte gerando pagamentos indevidos; contratação de empresa para fornecimento de buffet sem amparo legal e não adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.

4. Dentre as causas estruturantes relacionadas às constatações citadas, podem ser indicadas fragilidades nos controles internos administrativos referentes à concessão de auxílio transporte e na aquisição de bens e serviços. As recomendações formuladas referem-se ao fortalecimento das práticas de controle em relação aos recursos executados pela Entidade, especialmente, nas áreas de pessoal e licitações e contratos.

5. Quanto ao atendimento às recomendações expedidas pela CGU, sobretudo as constantes no Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 243990, relativo ao exercício de 2009, não foram sanadas as falhas relativas “Prorrogação de cessão sem a devida anuência ministerial”, “Fuga do processo licitatório”, “Ausência de reembolso pessoal cedido”, “Registro intempestivo dos atos de admissão no SISACnet” e “Informações insuficientes sobre os indicadores de gestão da Unidade”, perpetuando fragilidades nos mecanismos de controle e implicando em riscos operacionais que podem prejudicar o atingimento dos objetivos da Entidade.

6. Quanto à análise da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos da unidade em relação aos riscos enfrentados na execução de suas políticas, o Relatório de Auditoria Anual de Contas, subitem 4.3, destaca que a unidade possui um sistema de controle interno implantado, mas deficiente, principalmente no que se refere à avaliação de risco e procedimentos de controle.

7. Dentre as ações que impactaram positivamente a gestão da entidade no exercício de 2010, destacam-se: a inauguração da Unidade Escolar Realengo I e a expansão da Unidade Escolar Realengo II, possibilitando a abertura de novas vagas à comunidade.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 20 de junho de 2011.

JOSÉ GUSTAVO LOPES RORIZ  
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA SOCIAL